

DESENVOLVIMENTO DE API DE TRANSPARÊNCIA NAS PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR, PARA ENTIDADES PÚBLICAS.

1. INTRODUÇÃO

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC foi regulamentado pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a legislação trata do estabelecimento do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC teve sua vigência iniciada no mês de janeiro de 2016, por intermédio da Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2015. Dentre as exigências da legislação está a do artigo 10:

A administração pública deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento. (BRASÍLIA, 2015)

Todavia diversas entidades da administração pública ainda não veem atendendo na integralidade as exigências do artigo. Em nota do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo de abril de 2020, verificamos que não havia registro de repasses ao terceiro setor, por um percentual alto de entidades do poder público (TCESP, 2020).

O presente trabalho se justifica pela necessidade de auxiliar diversas entidades públicas, com o desenvolvimento de API de transparência nas parcerias com o terceiro setor, para entidades públicas, levando em conta o que rege as leis mais atuais sobre o tema ao mesmo tempo que entende como se dá a execução.

Assim, tem-se o objetivo geral do presente projeto o de desenvolver um sistema que permita as entidades públicas darem transparência as parcerias celebradas com as organizações do terceiro setor. Os objetivos específicos por sua vez serão:

- realizar a elicitação de requisitos e constituição do backlog;
- criar os diagramas de classe e casos de uso dos requisitos levantados;
- realizar a codificação da API;

- realizar os testes unitários e de integração da API¹ e; criar a documentação da API.

A disponibilização destas informações além de cumprir um aspecto legal, é uma maneira bastante eficaz de fomentar a cidadania, tornando pública todas as ações das entidades da gestão pública, como o fomento ao terceiro setor pode trazer avanços e benefícios à população, dessa forma, o trabalho justifica-se pela necessidade de se desenvolver um sistema que irá disponibilizar as informações para cumprir os aspectos legais.

2. ESPECIFICAÇÕES INICIAIS DO SOFTWARE

Neste capítulo detalharemos a proposta de desenvolvimento do Sistema de Gestão de Parcerias com o Terceiro Setor, para entidades públicas.

2.1. ESCOPO DO PRODUTO

O Sistema permitirá as entidades da administração públicas que firmam parcerias com entidades do Terceiro Setor, disponibilizarem para conhecimento público as seguintes publicações:

- Planos de trabalhos;
- Instrumentos de Convocação/Formalização;
- Ajustes celebrados, e;
- Recursos transferidos.

3. REQUISITOS DE SISTEMA

Requisitos Funcionais

Identificador	RF001		
Nome	Permitir o Cadastro das Organizações Sociais		
Funcionalidades	Registro de Entidades do Terceiro Setor		
Versão	1.0	Prioridade	Obrigatório
Complexidade	Média	Esforço	24h

Status	Especificado	Fase	N/A
Permite ao usuário incluir uma nova entidade do Terceiro Setor, com os documentos de contato e identificação, permitindo ainda identificar o seu tipo, para restrições dos tipos de parceria.			

Identificador	RF002		
Nome	Permitir o Cadastro dos Planos de Trabalho		
Funcionalidades	Registro de Planos de Trabalho		
Versão	1.0	Prioridade	Obrigatório
Complexidade	Alta	Esforço	48h
Status	Especificado	Fase	N/A
Permite aos usuários incluir um novo plano de trabalho, com os dados do objetivo, prazos e fases, critérios de julgamento, bem como o upload do arquivo relativo ao Plano de Trabalho.			

Identificador	RF003		
Nome	Permitir o Cadastro dos Instrumentos de Convocação ou Dispensa		
Funcionalidades	Instrumento Convocatório; Extrato de Dispensa/Inexigibilidade da Convocação.		
Versão	1.0	Prioridade	Obrigatório
Complexidade	Alta	Esforço	48h
Status	Especificado	Fase	N/A
Permite ao usuário da OS informar a proposta para um plano de trabalho cadastrado anteriormente. Classificar estas propostas conforme o critério de julgamento estabelecido no Plano de Trabalho, e declarar o vencedor.			

Identificador	RF004		
Nome	Permitir o Cadastro das Propostas		
Funcionalidades	Registro de Proposta as Convocações Classificação das Propostas Seleção do Vencedor		

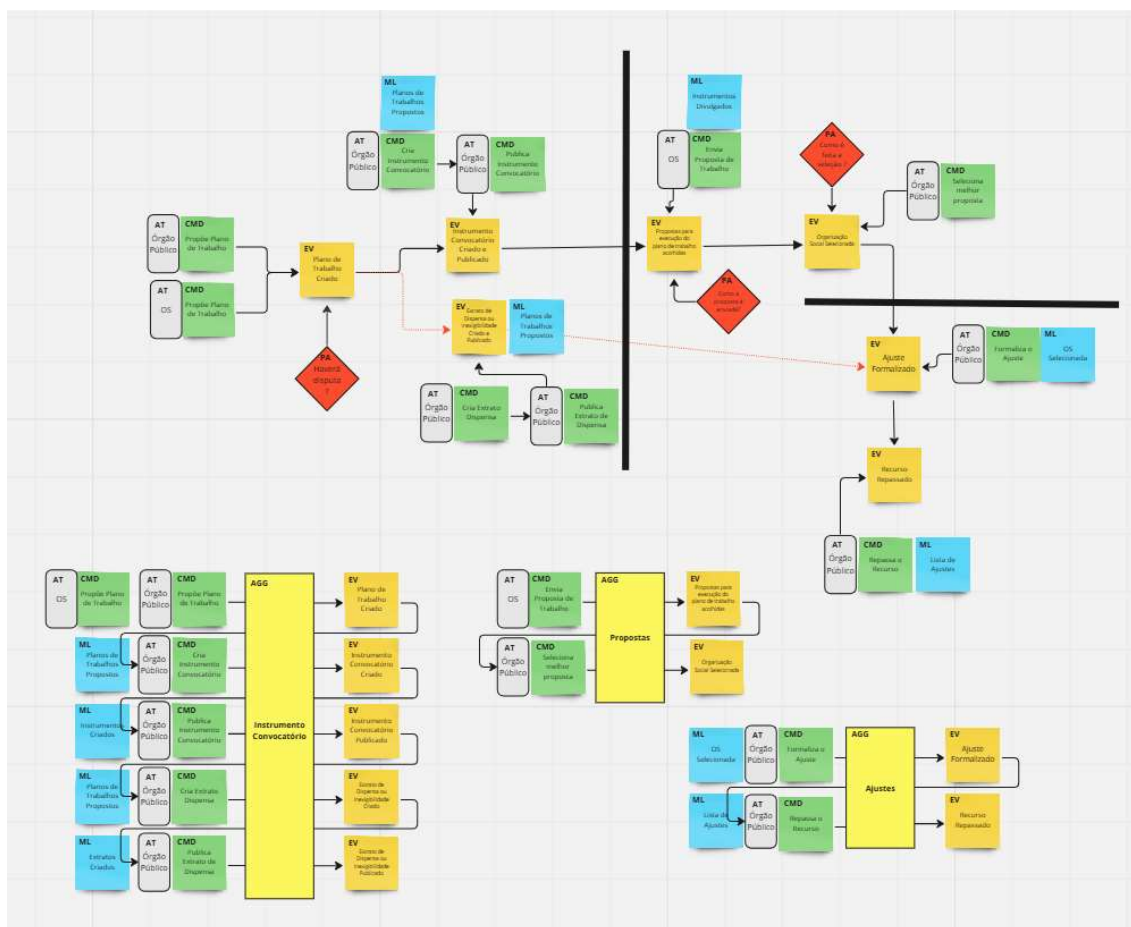
Versão	1.0	Prioridade	Obrigatório
Complexidade	Alta	Esforço	48h
Status	Especificado	Fase	N/A
Permite ao usuário da OS informar a proposta para um plano de trabalho cadastrado anteriormente. Classificar estas propostas conforme o critério de julgamento estabelecido no Plano de Trabalho, e declarar o vencedor.			

Identificador	RF005		
Nome	Ajustes		
Funcionalidades	Registro de Termos de Fomento/Parceria; Repasse de Recursos		
Versão	1.0	Prioridade	Obrigatório
Complexidade	Alta	Esforço	24h
Status	Especificado	Fase	N/A
Conforme apuração realizada no RF004, registrar o termo de fomento com as informações relativas ao prazo de parceria, e recursos a serem repassados.			

Requisitos Não Funcionais:

Identificador	RNF001	Categoria	Padrões
Nome	Padrão para desenvolvimento do software, seguindo os princípios da “Clean Architecture”, enfatizando na qualidade do código.		
Versão	1.0	Prioridade	Essencial
Complexidade	Alta	Esforço	48h
Status	Especificado	Fase	N/A
O Sistema deve ser projetado e construído considerando uma arquitetura dividida em camadas, para isolamento das lógicas de cada camada, para prover assim maior coesão e menor acoplamento, através da separação adequada de responsabilidades.			

4 - DOMAIN STORYTELLING



Parcerias Terceiro Setor

4 – DIAGRAMAS DE CLASSES

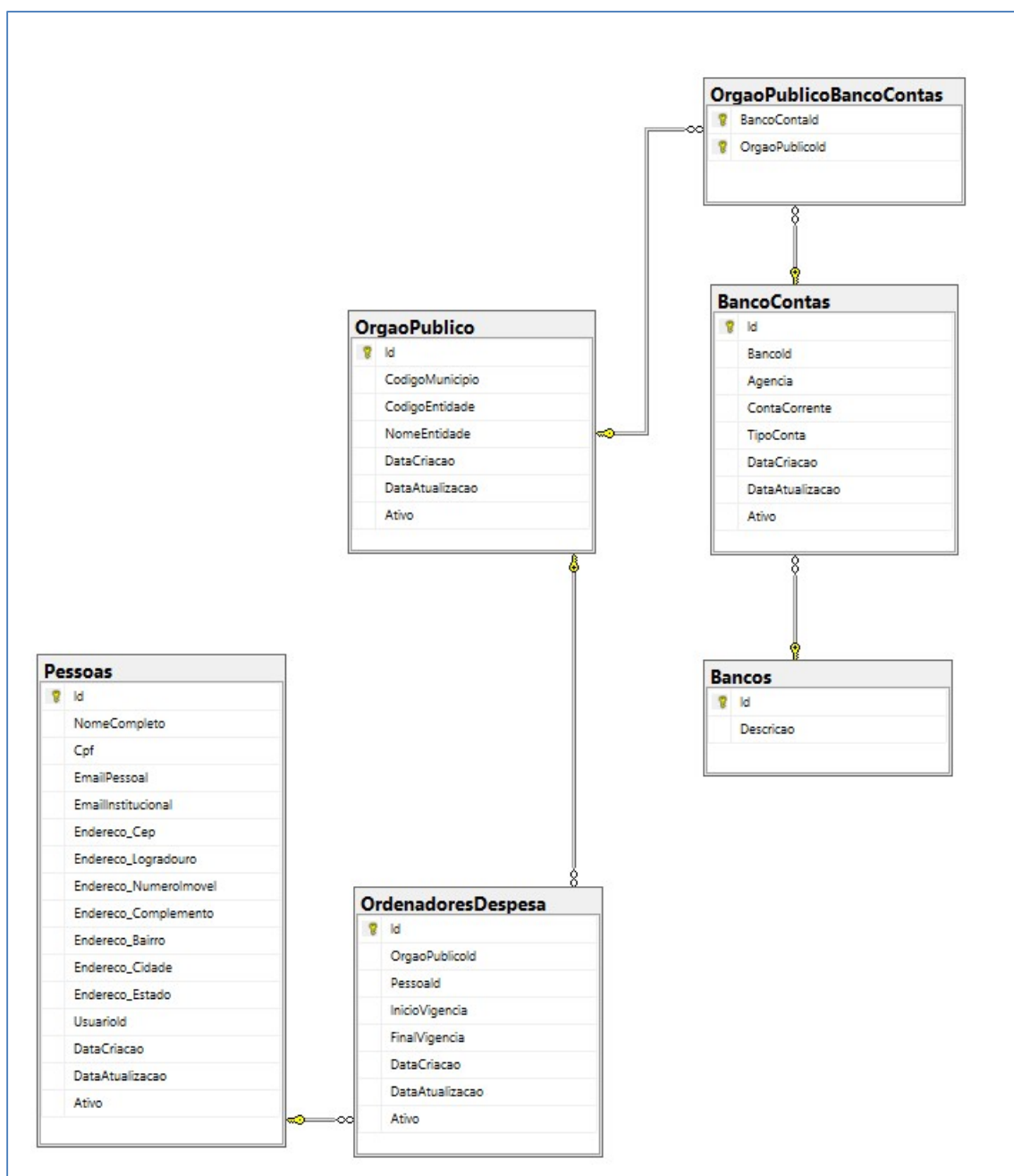


Figura 1- Órgão Público

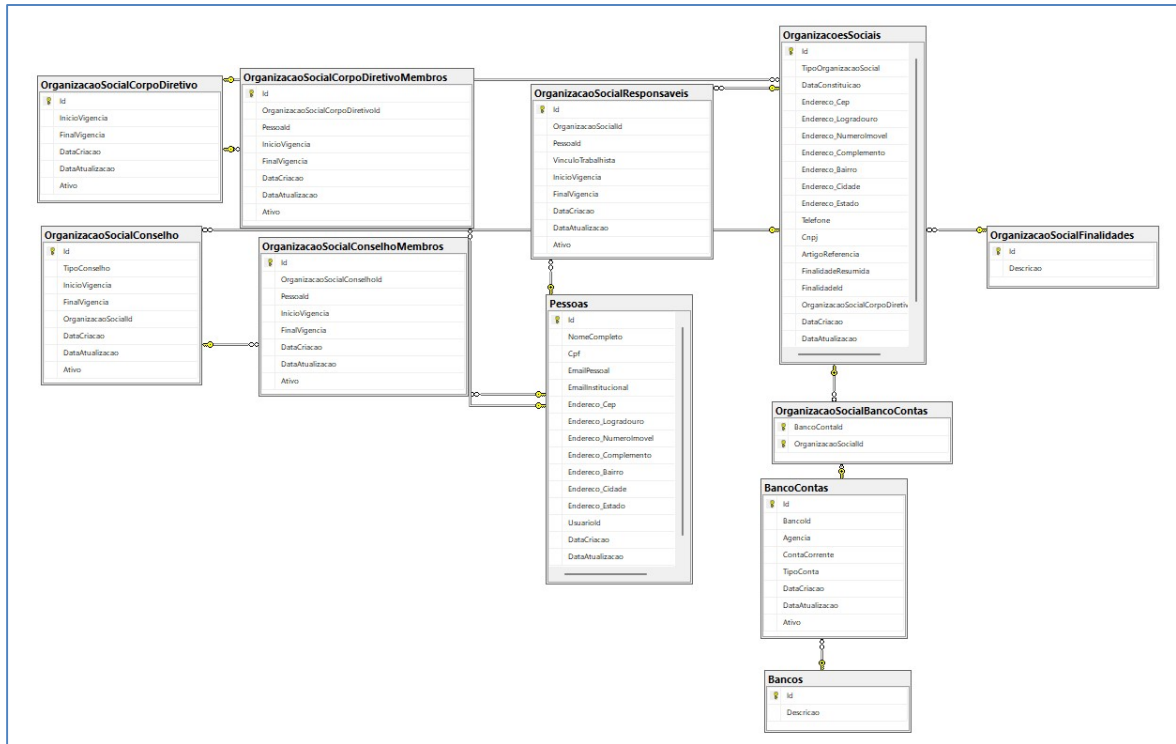


Figura 2- Organização Social

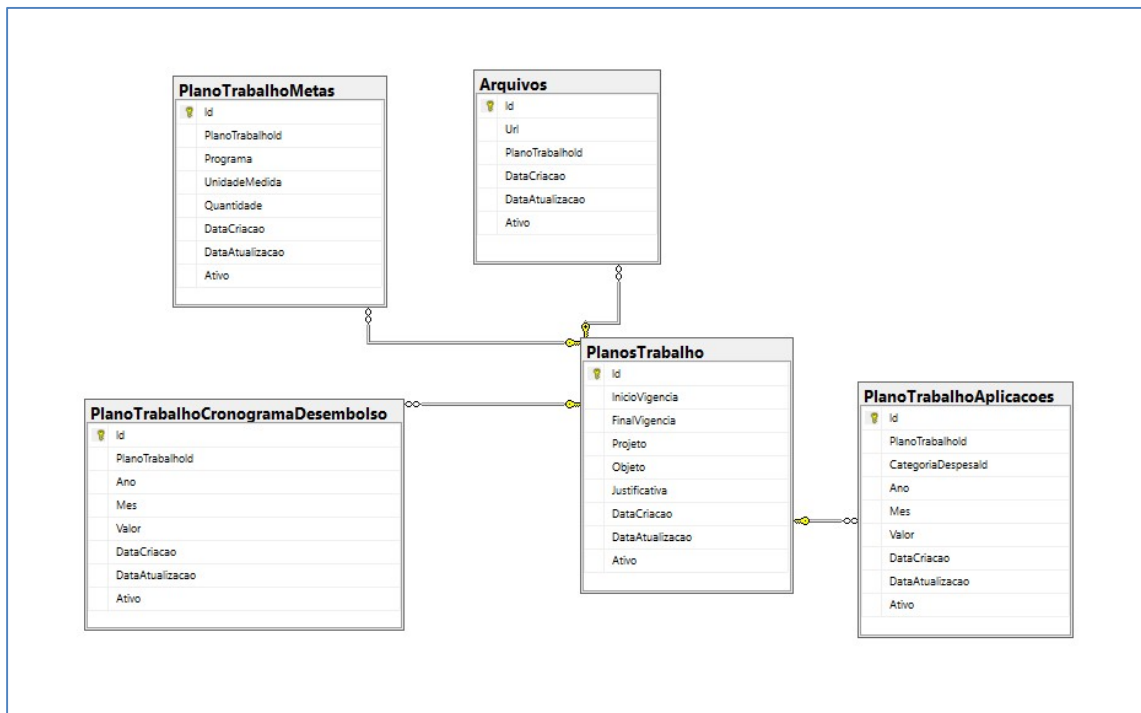


Figura 3- Plano de Trabalho

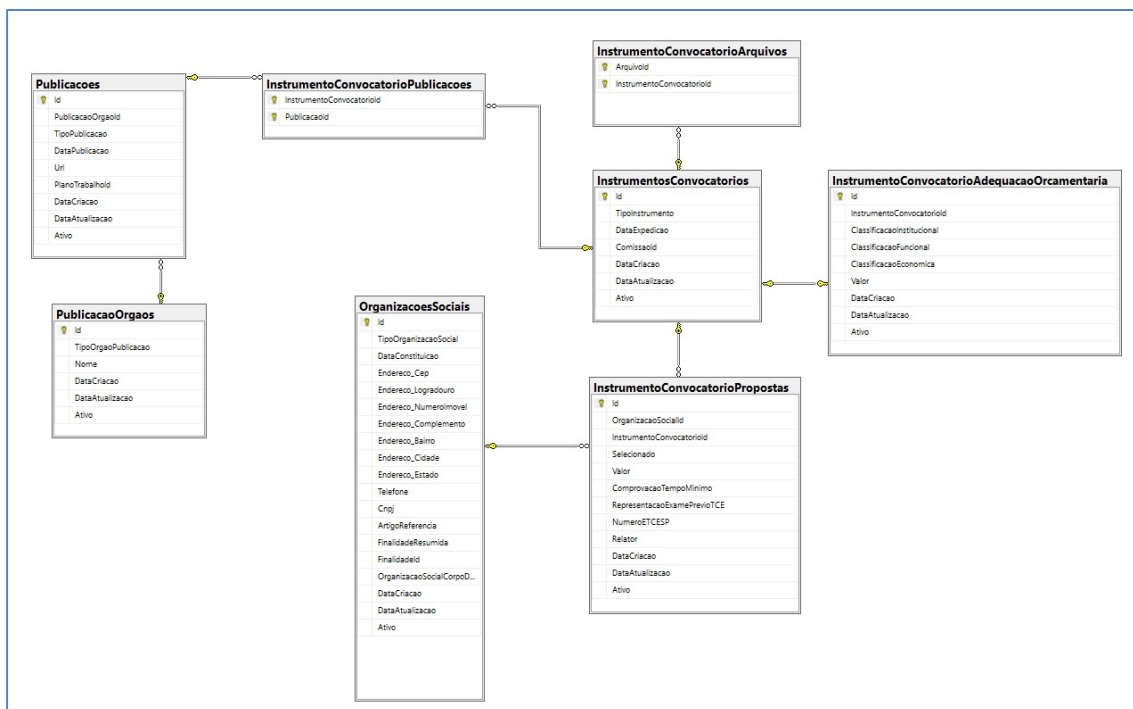


Figura 4 - Instrumento Convocatório

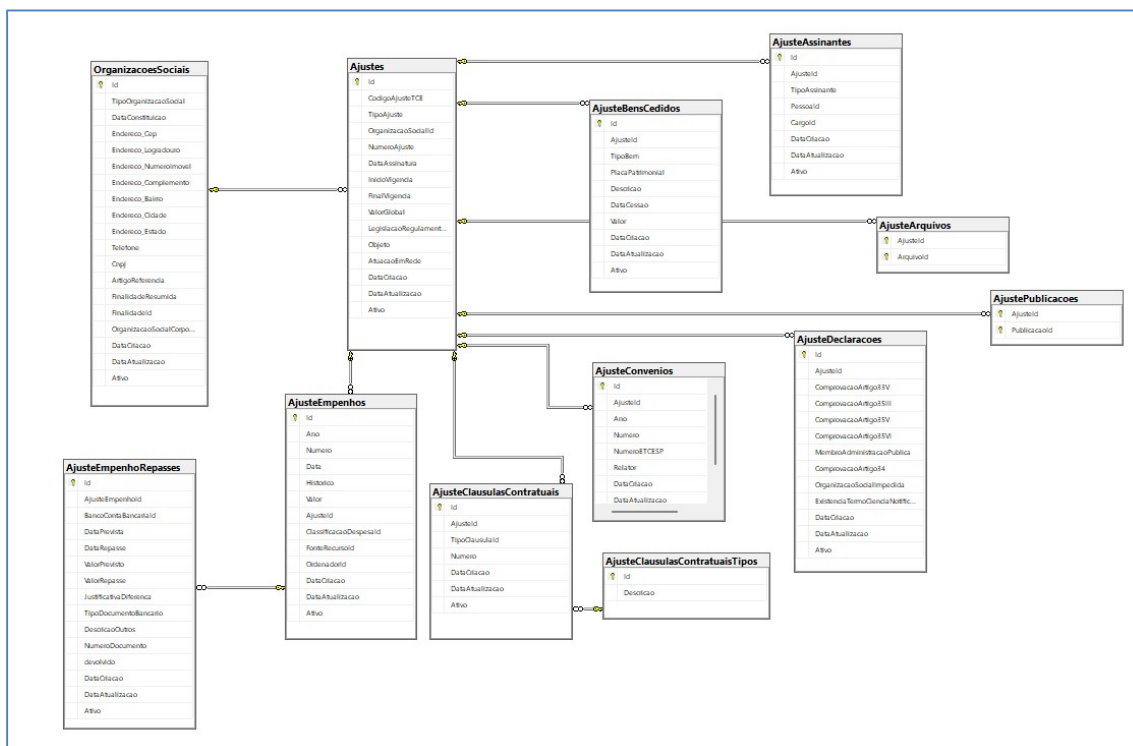


Figura 5 - Ajustes